



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 11/2022

CONTRATO N. 11/2022/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0002411-22.2021.6.22.8000

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2022

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, brasileira, Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE**, inscrito no CNPJ sob n. 61.600.839/0001-55, com sede na Rua Tabapuã, 445, Itaim Bibi, CEP: 04.533-001, em São Paulo/SP, e com Unidade de Operação em Porto Velho/RO inscrita no CNPJ n. 61.600.839/0061-96, situada na Av. Calama, 2472 – Bairro São João Bosco, CEP: 76.803-768, telefone(s): (69) 2182-0440 / (69) 2182-0441 / (92) 98128-3319 / (92) 3003-2433 / (61) 99643-5615, bem como e-mail(s): julio_silva@ciece.org.br / cnl@ciece.org.br, neste ato representado por seu Gerente Regional Norte, senhor **JULIO CESAR DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG e do CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 160/2022-PRES/DG/GABDG, de 14/02/2022 (evento [0791228](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho n. 422/2022-PRES/DG/GABDG, de 19/04/2022 (evento [0816809](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto deste Contrato é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de estagiários, por meio de Agente de Integração, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos vinculados ao ensino público ou particular, profissionalizantes ou não, de nível médio ou de nível superior, para realizarem estágio no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução TRE-RO nº 06/2017 e Portaria nº 464/2017.

Subcláusula Primeira – O detalhamento do objeto desta contratação consta no Item 2 do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA deverá atender todas as condições indicadas neste instrumento, no Termo de Referência respectivo e em seus anexos, incluindo os critérios de sustentabilidade ambiental, e as condições de habilitações indicados no Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Terceira - Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, do tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço unitário.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O Valor total estimado deste contrato é de **R\$ 313.646,40** (trezentos e treze mil seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), sendo: **R\$ 9.408,00** (nove mil quatrocentos e oito reais) referente à taxa de despesas administrativas; **R\$ 274.300,80** (duzentos e setenta e quatro reais e trinta centavos e oitenta centavos) referente ao pagamento da bolsa estágio; e **R\$ 29.937,60** (vinte e nove mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos) referente ao pagamento do auxílio-transporte aos estagiários, conforme tabela abaixo:

I - BOLSA DE ESTÁGIO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (A) ¹	MESES (B)	VALOR MENSAL BOLSA (C)	VALOR TOTAL MENSAL BOLSAS (D = A x C)	VALOR TOTAL NO PERÍODO (E = D x
-----------	-----------------------------	-----------	------------------------	---------------------------------------	---------------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

					B)
Estagiário nível Médio	8	12	R\$ 559,30	R\$ 4.474,40	R\$ 53.692,80
Estagiário nível Superior	20	12	R\$ 919,20	R\$ 18.384,00	R\$ 220.608,0 0
TOTAIS					R\$ 274.300,8 0

Quantidade com base nas contratações previstas para o período de vigência do contrato.

II - VALE TRANSPORTE

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (A)	VALOR MENSAL VALE TRANSPORT E UN. (B)	VALOR TOTAL MENSAL VALE TRANSPORTE (C = A x B)	VALOR TOTAL EM 12 MESES (D = C x 12)
Valor Aux. Transporte	28	R\$ 89,10	R\$ 2.494,80	R\$ 29.937,6 0

III - TAXA DE AGENCIAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (A)	TAXA DE AGENCIAMENTO ESTIMADA UNITÁRIA (B)	VALOR TOTAL MENSAL AGENCIAMENTO (C = A x B)	VALOR TOTAL EM 12 MESES (D = C x 12)
Agente de	28	R\$ 28,00	R\$ 784,00	R\$ 9.408,0



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

integração				0
------------	--	--	--	----------

Subcláusula Primeira - No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - O valor deste Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a efetivar o valor estimado inicialmente durante a vigência do ajuste.

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, com Fonte n. 0100000000 e Natureza da Despesa n. 339049, conforme Notas de Empenho n. 2022NE000293 e 2022NE000294, ambas de 27/04/2022 e 2022NE000295, de 28/04/2022, a serem reforçadas durante a execução contratual, caso necessário.

DA GARANTIA CONTRATUAL

(Art. 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – Para assegurar a plena execução do presente contrato e com fundamento nos termos do art. 56, *caput*, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a **GARANTIA** no valor de **R\$ 9.409,39** (nove mil quatrocentos e nove reais e trinta e nove centavos), correspondente a 3% (três por cento) do valor contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do Contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

Subcláusula Primeira – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

IV - Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior.

Subcláusula Terceira - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta – A garantia deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

Subcláusula Quinta – A eventual prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato condiciona-se à renovação da garantia, com idêntico percentual e vigência previstos nas subcláusulas anteriores, calculada sobre o valor total dos serviços apurado em razão do período dimensionado na prorrogação.

Subcláusula Sexta – A não apresentação injustificada da garantia no prazo acima poderá implicar na rescisão contratual e a consequente aplicação de penalidades na forma deste instrumento contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sétima – O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA – Quanto à vedação de subcontratação e/ou transferência parcial ou total do objeto, deve-se observar o que segue:

I - Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto dos serviços objeto do contrato; e

II - Não será permitida a transferência parcial ou total do objeto do contrato a empresas franqueadas pela CONTRATADA.

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – Os pagamentos ocorrerão mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação dos documentos exigíveis, regularmente certificada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento do TRE-RO, aplicadas as retenções legais.

Subcláusula Primeira – O CONTRATANTE será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto de Renda dos valores pagos aos estagiários, se incidentes na forma da legislação aplicável (Consulta RFB COSIT 186/2019).

Subcláusula Segunda - No pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar, sempre que solicitado, sua adimplência junto à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Fazenda Pública e à Justiça do Trabalho, sob pena de descumprimento das obrigações contratuais.

Subcláusula Terceira - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

Subcláusula Quarta - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Quinta - A compensação financeira prevista no parágrafo anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 67 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – No TRE-RO, a Gestão deste contrato será realizada pelo titular da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE do TRE-RO e a Fiscalização será realizada pelo titular da Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED do TRE-RO, ou por seus



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

substitutos, em suas ausências, aos quais competem, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº. 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula Primeira – Na gestão e fiscalização, a Administração deverá fazer constar em registro próprio todas as ocorrências relevantes constatadas durante a execução do contrato.

Subcláusula Segunda – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA NONA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Ouvidoria do TRE-RO, telefone: (69) 3211-2173, e-mail: ouvidoria@tre-ro.jus, o qual poderá ser futuramente alterado.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se o CONTRATANTE a:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;
2. Estabelecer, juntamente com o Agente de Integração, os controles, planilhas e demonstrativos que se fizerem necessários ao acompanhamento do processo;
3. Informar ao Agente de Integração a disponibilidade de vagas, utilizando-se de documento ou meio eletrônico no qual deve constar: a quantidade de vagas, o nível de ensino, a área de conhecimento e a previsão de data para a entrevista de seleção;
4. Pagar os serviços prestados pelo Agente de Integração, mediante comprovação da prestação de serviços;
5. Repassar ao Agente de Integração os valores referentes à bolsa dos estagiários e ao auxílio transporte;
6. Enviar ao Agente de Integração o resumo da frequência até o primeiro dia útil de cada mês subsequente, para a geração da folha de pagamento;
7. Conferir os valores informados pelo Agente de Integração e depositar os valores de auxílio bolsa, auxílio transporte e taxa de administração em até 03 (três) dias úteis, após o recebimento dos cálculos apresentados pelo Agente, através de depósito bancário na sua conta;
8. Informar ao Agente de Integração a necessidade de desligamento de estagiários, quando constatado que o estagiário não pode ou deve mais continuar no programa;
9. Anotar em formulário próprio ou em requerimento destinado à Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE-RO as circunstâncias do desligamento, nos casos em que o estagiário desista do programa, ou que o CONTRATANTE decida pela sua substituição;
10. Informar ao Agente de Integração necessidade de substituição do estagiário desligado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Emitir os Certificados aos alunos que concluírem o período mínimo de estágio, equivalente a 06 (seis) meses, prorrogável por até o máximo de 02 (dois) anos, observando que:

a) O conteúdo do certificado consiste numa declaração qualificada, que, além de constatar o tempo de aprendizagem, trata do desempenho qualitativo do estagiário na avaliação de seu supervisor, a partir dos relatórios bimestrais e final.

12. Em caso de desligamento antecipado causado pelo estagiário, não haverá emissão do Certificado, tendo direito o estudante a certidão que declare o prazo de realização do estágio;

13. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

14. Fiscalizar a correta documentação dos Termos de Convênio, apólices de seguro, avaliações, certificações e quaisquer outras documentações geradas pela CONTRATADA no processo de agenciamento.

15. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas a este contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública; e

16. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Obriga-se a CONTRATADA a:

1. Cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Termo de Referência respectivo e na proposta da CONTRATADA;

2. Manter-se regular junto ao FGTS, ao INSS, à FAZENDA FEDERAL e Justiça do Trabalho durante o período contratual;

3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigida na licitação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Cumprir os acordos e procedimentos tratados em reuniões com os fiscais do contrato, nos prazos e na qualidade acordada;
5. Manter convênios específicos com as instituições de ensino, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;
6. Manter base de dados atualizada para seleção de estagiários de nível médio e superior, onde constem os dados curriculares, os dados pessoais e profissionais dos candidatos a estágio e cópia da documentação necessária;
7. Identificar e cadastrar candidatos a estágio em todos os municípios contemplados com Cartórios Eleitorais no Estado de Rondônia;
8. Encaminhar candidatos à seleção, na proporção de 5 (cinco) por vaga, no prazo de cinco dias úteis após a solicitação pelo CONTRATANTE;
9. O processo de escolha dos candidatos será de responsabilidade do CONTRATANTE, a qual não se obriga a escolher dentre os candidatos encaminhados pela CONTRATADA em cada chamada;
10. O CONTRATANTE poderá formular e aplicar provas objetivas e de redação, análise curricular e entrevistas, para concluir a seleção, sendo facultado o uso de 1 (um) ou vários desses recursos;
11. Proceder os trâmites necessários para o registro e apresentação do candidato selecionado para o trabalho em sua unidade;
12. Proceder os trâmites necessários para o desligamento do estagiário, quando solicitado, e informar ao CONTRATANTE os eventuais valores a serem pagos, referentes a dias trabalhados após o último fechamento;
13. Repassar integralmente os valores da bolsa e auxílio transporte aos estagiários selecionados até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à realização das atividades, ou o 1º (primeiro) dia útil após essa data;
14. Comprovar o repasse dos valores de auxílio-transporte e auxílio bolsa junto ao CONTRATANTE até o 10º (décimo) dia útil de cada mês;
15. Gerar folha de pagamento mensal de estagiários, de acordo com a frequência, observando, número de faltas, datas de ingresso, desligamento e recessos registrados nas folhas de frequência individuais;
16. Enviar fatura ao CONTRATANTE, após o prazo de 3 (três) dias úteis do recebimento da informação de frequência, com os valores referentes ao repasse do auxílio-bolsa, auxílio-transporte e valor devido ao agente de integração;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Contratar e administrar o seguro individual para os estagiários selecionados, observando que:

a) É permitida a contratação de apólice de seguro coletiva com emissão de certificados individuais;

18. Gerar, administrar e manter os Termos de Compromisso de Estágio, avaliações, termos de desligamento e outros documentos pertinentes;

19. Controlar e acompanhar a elaboração do relatório final de estágio;

20. Manter sigilo sobre as informações de processos e rotinas de trabalho existentes no TRE-RO;

21. Capacitar os supervisores de estágio quanto ao acompanhamento, desenvolvimento e gestão das atividades dos estagiários;

22. Cumprir as atribuições de agente de integração nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, regulamentada neste Tribunal Regional pela Instrução Normativa nº 06, de 25 de junho de 2009 ou outra norma que a venha substituir.

23. Orientar as instituições de ensino conveniadas quanto ao acompanhamento do desenvolvimento do estágio.

24. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões acima desse limite poderão ocorrer por acordo entre as partes, observado o que segue:

a) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiteradas decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

25. Absorver a gestão dos contratos de estágio vigentes no ato da assinatura do Contrato decorrente desta licitação, mantidas as condições e prazos firmados entre o CONTRATANTE, a Instituição de Ensino e o estudante.

26. A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA dar-se-á preferencialmente por escrito, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O descumprimento injustificado das obrigações assumidas neste contrato, garantido o direito ao contraditório, a prévia e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da L. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso no repasse dos valores dos auxílios bolsa-estágio e transporte aos estagiários:

- a) primeiro e segundo atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 3% (três por cento), calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;
- b) terceiro e quarto atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;
- c) quinto atraso injustificado e atraso superior a 03 (três) dias caracterizará a inexecução do contrato.

II - Atraso no cumprimento de determinações emanadas da fiscalização para adimplemento de obrigação por parte da CONTRATADA:

- a) primeiro e segundo atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 3% (três por cento), calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;
- b) terceiro e quarto atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;
- c) quinto atraso injustificado e atraso superior a 03 (três) dias caracterizará a inexecução do contrato.

III - Demais atrasos aos prazos e as obrigações estipuladas nas obrigações da CONTRATADA e registradas neste instrumento, multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso até o limite de 05 (cinco) dias, a partir do 6º (sexto) dia poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

- a) primeiro e segundo atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 3% (três por cento), calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) terceiro e quarto atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;

c) quinto atraso injustificado e atraso superior a 03 (três) dias poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

Subcláusula Primeira – Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração Contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre a taxa de agenciamento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Segunda – Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

a) Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou não apresentar situação regular, nos termos do edital;

b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;

c) Apresentar documentação falsa;

d) Não mantiver a proposta;

e) Comportar-se de modo inidôneo;

f) Fizer declaração falsa; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g) Cometer fraude fiscal.

Subcláusula Terceira – Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quarta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Quinta - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;

Subcláusula Sexta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Sétima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

Subcláusula Oitava - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Nona - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima– As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Décima Primeira - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima Segunda - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Terceira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Quarta - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Sexta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sétima - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Oitava - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Nona - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Vigésima– O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Vigésima Primeira - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

(Art. 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração Contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º do art. 65 da lei 8.666/93.

Subcláusula Segunda – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da contratada, o contratante deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sexta – Especificamente quanto ao eventual Reajuste de preços deste contrato, deverá ser observado o que segue:

a) Os preços dos serviços objeto desta contratação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a Contratada à indenização dos prejuízos que resultarem na paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, VI, X e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002, 11.788/2008 e 13.709/2018, nos Decretos Federais 3555/2000, 7983/2013, 9507/2018 e 10.024/2019, nas Resoluções TSE 23.234/2010, 23.474/2016 e Resolução TRE-RO 06/2017; no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Subcláusula única - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei 8.666/1993.

DO FORO

(Art. 55, § 2º, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 28 de abril de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	JULIO CESAR DA SILVA Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva Testemunha	Aldací Souza Mota Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR DA SILVA, Usuário Externo**, em 29/04/2022, às 12:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 29/04/2022, às 13:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 29/04/2022, às 13:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 29/04/2022, às 13:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0821445** e o código CRC **DD98E4DD**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE

1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se o presente, em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal nº 10.024/2019, na Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio de Estudantes), na Resolução TRE/RO nº 06/2017 (Programa de Estágio) e na Portaria TRE-RO nº 464/2017 (Valor da Bolsa do Estágio) para fins de contratação, mediante pregão eletrônico, de empresa especializada em agenciamento de estagiários do ensino médio e superior, para fins de oferta ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

A presente contratação implica no agenciamento de estagiários de nível médio e superior, caracterizado pela:

2.1. facilitação da celebração de convênios entre este regional e as instituições de ensino.

2.2. Pré-seleção de candidatos, conforme o procedimento abaixo descrito:

2.2.1. a CONTRATANTE divulgará Edital convocatório para o processo seletivo com a finalidade de composição de banco de estagiários.

2.2.2. semestralmente, a CONTRATADA realizará pré-seleção por meio do Coeficiente de Rendimento Escolar (CRE);

2.2.3. os candidatos com CRE superior a 70% serão incluídos em base de dados da CONTRATADA, ordenados por ordem de classificação, divididos em suas respectivas especialidades;

2.2.4. quando houver a abertura de vagas para as especialidades previamente selecionadas, a CONTRATANTE convocará os candidatos aprovados na pré-seleção, na quantidade mínima de 5 (cinco) por vaga, para as etapas seguintes de seleção;

2.2.5. as etapas subsequentes de seleção serão de responsabilidade da CONTRATANTE;

2.2.6. os candidatos não selecionados retornarão ao banco de dados, na mesma ordem classificatória;

2.2.7. após a conclusão de todas as fases do processo seletivo, a relação dos candidatos aprovados será encaminhada à CONTRATADA, que providenciará as demais ações inerentes ao agenciamento;

2.3. elaboração de termos de compromisso de estágio;

2.4. acompanhamento do candidato selecionado, em seu ingresso, para orientação e controle do processo de assinatura e entrega da documentação à instituição de ensino, ao contratante e ao agente de integração;

2.5. gestão do tempo e das condições básicas de permanência;

2.6. acompanhamento das avaliações de estagiários;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.7. repasse dos valores de auxílio-bolsa e transporte pagos pela Contratante aos estagiários; e

2.8. controle dos registros de desligamentos dos estagiários.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. DA OPORTUNIDADE – O quadro de servidores da Justiça Eleitoral em Rondônia conta, atualmente, com 186 (cento e oitenta e seis) servidores efetivos, distribuídos em todas as unidades da Secretaria e Cartórios Eleitorais do Estado. As rotinas de trabalho já consolidadas internamente podem contribuir para a formação intelectual de estudantes de ensino médio e superior que necessitam aliar o conhecimento adquirido à prática laboral. O aproveitamento de estudantes nas rotinas de trabalho, por outro lado, tem por vantagem a possibilidade de trazer para dentro da organização conhecimentos que estão sendo experimentados no âmbito acadêmico. Essa prática permite que se descubram novos caminhos e maneiras de se executar o trabalho, racionalizando recursos e tempo.

3.2. DA QUANTIDADE – Estima-se que o programa de estágio deste regional atinja o limite de 20 estagiários de nível superior e 8 de nível médio ou técnico no decorrer da vigência deste contrato. A criação dessas vagas, no entanto, será limitada à disponibilidade orçamentária, à existência de vagas e às condições de supervisão e atuação dos estagiários.

3.3. DO AGENTE DE INTEGRAÇÃO - A opção em contratar um agente de integração, conforme previsto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, regulamentada neste Tribunal Regional pela Resolução nº 06, de 24 de março de 2017, mostra-se mais vantajosa para a administração do que a seleção e contratação direta de estagiários, posto que tal procedimento, já adotado em outras ocasiões, mostrou-se oneroso, lento e de difícil execução.

3.4. DAS RESERVAS DE VAGAS

3.4.1. Serão reservadas 10% das vagas de estágio para pessoas com deficiência física, conforme Art. 17, § 5º da Lei 11.788/2008.

3.4.2. Serão reservadas 30% das vagas de estágio para negros, nos termos da Res. CNJ 336/2020.

3.4.3. A fim de assegurar a aplicabilidade do §5º, do Art. 17, da Lei nº 11.788/2008, sempre que necessário se consultará a Comissão de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Acessibilidade e o Serviço de Atendimento Médico e de Saúde deste Tribunal.

3.5. DOS LOCAIS DE LOTAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS – O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia possui unidades na Capital e no Interior do estado, podendo receber estagiários em cada uma delas durante a vigência do contrato, por essa razão, o Agente de Integração poderá ser acionado para contratação de estagiários nos municípios de Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Machadinho do Oeste, Buritis, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Nova Brasilândia, Cacoal, Pimenta Bueno, Alta Floresta do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Costa Marques, Espigão do Oeste, Vilhena, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim.

3.6. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO - A presente contratação também materializa o Objetivo Estratégico “Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a Sociedade”, na medida em que proporciona aos estudantes de nível médio e superior a oportunidade de acesso ao modelo de trabalho e desenvolvimento da Justiça Eleitoral.

4. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E QUANTIDADE DE VAGAS

A disponibilidade orçamentária para o ano de 2022 é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

O valor da bolsa foi estipulado pela Portaria TRE/RO nº 464 de 24 de julho de 2017;

- R\$ 559,30 (quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos) ao mês para estagiários de nível médio;

- R\$ 919,20 (novecentos e dezenove reais e vinte centavos) ao mês para estagiários de nível superior.

O valor de auxílio transporte permanece fixado em R\$ 89,10 (oitenta e nove reais e dez centavos), conforme Portaria nº 25 de 11 de fevereiro de 2021.

Os ajustes da bolsa, caso ocorram, serão definidos através de atos da Presidência, conforme Art. 14 da Resolução nº 06/2017 deste TRE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

I - O Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

II - De acordo com o art. 6º da IN SLTI/MPOG n. 001/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

IV - São critérios de sustentabilidade do corrente processo:

a) será exigido da futura contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio ao contratante de todos os documentos decorrentes da execução do contrato;

b) o uso de meios digitais para a comunicação entre as partes, com assinaturas digitais, sempre que possível.

5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. DA TAXA DE AGENCIAMENTO - A taxa de agenciamento será adotada por valor fixo em Reais por estagiário selecionado, independente se de nível superior ou médio.

5.2. DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO TOTAL DO CONTRATO - O valor estimativo da presente contratação tem como base o período de 12 (doze) meses, conforme composição de custos abaixo:

5.3. A estimativa do valor do contrato é composta de três fatores. O primeiro é o valor a ser despendido para pagamento de auxílio-bolsa no período de 8 de outubro de 2021 a 7 de outubro de 2022 (quadro 1). O segundo é o valor estimativo destinado ao auxílio transporte no mesmo período (Quadro 2). O terceiro é a estimativa do valor pago ao Agente de Integração, calculado com base em pesquisa de mercado, no mesmo período (quadro 3).

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quadro 1. Estimativa para auxílio-bolsa*					
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (A)¹	MESES (B)	VALOR MENSAL BOLSA (C)	VALOR TOTAL MENSAL BOLSAS (D = A x C)	VALOR TOTAL NO PERÍODO (E = D x B)
Estagiário nível Médio	8	12	R\$ 559,30	R\$ 4.474,40	R\$ 53.692,80
Estagiário nível Superior	20	12	R\$ 919,20	R\$ 18.384,00	R\$ 220.608,00
TOTAIS					R\$ 274.300,80

*Para efeitos de cálculo estimativo neste processo foram considerados 28 estagiários para o período de vigência do contrato.

Quadro 2. Auxílio**Transporte**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (A)	VALOR MENSAL VALE TRANSPORTE UN. (B)	VALOR TOTAL MENSAL VALE TRANSPORTE (C = A x B)	VALOR TOTAL EM 12 MESES (D = C x 12)
Valor Aux. Transporte	28	R\$ 89,10	R\$ 2.494,80	R\$ 29.937,60

Quadro 3. Estimativa de valor de taxa de agenciamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (A)	TAXA DE AGENCIAMENTO ESTIMADA UNITÁRIA (B)	VALOR TOTAL MENSAL AGENCIAMENTO (C = A x B)	VALOR TOTAL EM 12 MESES (D = C x 12)
Agente de integração	28	R\$ 64,13	R\$ 1.795,64	R\$ 21.547,68

* A taxa de agenciamento será a mesma para os estagiários, independentemente a escolaridade.

O valor de taxa é calculado com base na pesquisa de mercado apresentada pela Seção de Licitações e Compras e **analisados por esta unidade, demonstrados na INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO juntada no evento ([0727890](#)).

5.4. VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O CONTRATO:

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ((BOLSA + TRANSPORTE + TAXA)	A + R\$ 325.786,08 (Trezentos e vinte e cinco mil setecentos e oitenta e seis reais e oito centavos)
--	--

6. DO CERTAME LICITATÓRIO

6.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a **modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço unitário e execução indireta, na disputa por lances abertos**, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR.

6.2. DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:

I - O valor global do item único de serviços excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), portanto **NÃO** se aplica a regra de exclusividade na participação de ME/EPP disciplinada pelo art. 48, I, da LC n. 123/2006 e pelo art. 6º do Decreto Federal n. 8.538/2015.

6.3 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

I - A aceitação das propostas obedecerá aos seguintes parâmetros:

a) o valor estimado do item único é o parâmetro máximo de aceitação de preços das propostas, cabendo ao pregoeiro julgar eventual variação na análise do caso concreto.

a1) A proposta apresentada no certame deverá obedecer o **MODELO PADRÃO DE PROPOSTA** definido no **ANEXO I** deste TR.

a2) A licitante deverá observar que há **VALORES FIXOS E INVARIÁVEIS** na proposta. Apenas haverá competição no **VALOR DA TAXA DE AGENCIAMENTO**, o qual deverá compreender todos os custos para a prestação dos serviços definidos neste TR, abrangendo mão de obra, encargos sociais e tributários decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes, enfim, tudo quanto for necessário para garantir a execução e qualidade dos serviços objeto da proposta

a3) O valor do contrato copreenderá, também, os repasses, à contratada, na condição de agente de integração, dos valores referentes aos pagamentos das bolsas de estágio e dos auxílios-transporte aos estagiários, para pagamento aos estagiários.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a4) As licitantes deverão apresentar o documento de proposta - na forma do ANEXO I - contendo todos os elementos ali relacionados, junto com a proposta, **exclusivamente**, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

II - Serão desclassificadas as propostas em desacordo com os critérios estabelecidos neste TR;

III - Será declarado vencedor o licitante que, cumpridas as exigências do edital, ofertar o menor preço global para o **VALOR DA TAXA DE AGENCIAMENTO** dos serviços.

6.4 HABILITAÇÃO:

6.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E FISCAL: De acordo com as regras-padrões do edital.

6.4.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA: Para aferir a capacidade técnica-operacional da licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - **Certidão de Registro/Quitação da Empresa licitante** no o Conselho Regional de Administração - CRA competente, comprovando que exerce atividade relacionada ao objeto deste certame;

II - No mínimo, 01 (um) **atestado de capacidade técnico-operacional**, em nome da licitante, comprovando a realização de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazo ao objeto desta licitação.

a) O atestado poderá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar do atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado o nome completo e a identificação do signatário. Os atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito privado **PODERÃO** ser apresentados com a firma dos subscritores reconhecida em cartório, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade pelo Pregoeiro.

7. DO CONTRATO

7.1. REGRAS GERAIS:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Nos termos do artigo 62 da L. 8.666/93, será lavrado carta-contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

II - No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

III - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

IV - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária.

V - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

VI - A adjudicatária deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, no mínimo, 1 (um) número telefônico, 01 (um) correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre ela e o fiscal/gestor da Administração, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo representante da adjudicatária.

VII - O representante da contratada deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que sejam cumpridos os prazos e condições previstos no contrato.

VIII - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

IX - À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo edital do certame, aplicam-se o disposto na L. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a L. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

7.2. VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO E/OU TRANSFERÊNCIA PARCIAL OU TOTAL DO OBJETO A EMPRESAS FRANQUEADAS

I - Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto dos serviços objeto do contrato;

II - Não será permitida a transferência parcial ou total do objeto do contrato a empresas franqueadas pela contratada;

III - Empresas detentoras de franquia empresarial, na forma da legislação vigente, poderão, elas próprias, participar diretamente do certame.

7.3. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

I - O prazo de execução e vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração até o limite de 60 meses.

II - Justificativa para a prorrogação - SERVIÇOS CONTINUADOS:

a) O caráter contínuo de um serviço (art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993) é determinado por sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Desta forma, o futuro contrato decorrente do certame licitatório poderá ser prorrogados na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.).

c) Os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida a finalidade pública, precipuamente, conforme leciona Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730):

"É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a "iguais". Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático".

7.4. ALTERAÇÕES DO CONTRATO

a) O contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

7.5 DO REAJUSTE DE PREÇOS

a) Os preços dos serviços objeto deste TR, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

8. GARANTIA CONTRATUAL

8.1. Segundo Marçal:

A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).

8.2. Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

8.3 Assim, a contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual no valor de R\$ 9.773,58 (nove mil setecentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos), correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária **emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário)**

8.4. A garantia deverá ter prazo de vigência de até 03 (três) meses após o término da vigência contratual;

8.5. A garantia deverá ser renovada e complementada a cada prorrogação, repactuação ou acréscimo quantitativo do contrato;

8.6. A não apresentação injustificada da garantia no prazo acima poderá implicar na rescisão contratual e a consequente aplicação de penalidades na forma deste TR.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. São obrigações da Administração contratante:

9.1.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;

9.1.2. Estabelecer, juntamente com o Agente de Integração, os controles, planilhas e demonstrativos que se fizerem necessários ao acompanhamento do processo;

9.1.3. Informar ao Agente de Integração a disponibilidade de vagas, utilizando-se de documento ou meio eletrônico no qual deve constar: a quantidade de vagas, o nível de ensino, a área de conhecimento e a previsão de data para a entrevista de seleção;

9.1.4. Pagar os serviços prestados pelo Agente de Integração, mediante comprovação da prestação de serviços;

9.1.4.1. Repassar ao agente de integração os valores referentes à bolsa dos estagiários e ao auxílio transporte;

9.1.5. Enviar ao Agente de Integração o resumo da frequência até o primeiro dia útil de cada mês subsequente, para a geração da folha de pagamento;

9.1.5.1. Conferir os valores informados pelo Agente de Integração e depositar os valores de auxílio bolsa, auxílio transporte e taxa de administração em até 03 dias úteis, após o recebimento dos cálculos apresentados pelo Agente, através de depósito bancário na sua conta;

9.1.6. Informar ao Agente de Integração a necessidade de desligamento de estagiários, quando constatado que o estagiário não pode ou deve mais continuar no programa;

9.1.6.1. Anotar em formulário próprio ou em requerimento destinado à Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal as circunstâncias do desligamento, nos casos em que o estagiário desista do programa, ou que a Contratante decida pela sua substituição;

9.1.7. Informar ao Agente de Integração necessidade de substituição do estagiário desligado;

9.1.8. Emitir os Certificados aos alunos que concluírem o período mínimo de estágio, equivalente a 06 (seis) meses, prorrogável por até o máximo de 02 anos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1.8.1. O conteúdo do certificado consiste numa declaração qualificada, que, além de constatar o tempo de aprendizagem, trata do desempenho qualitativo do estagiário na avaliação de seu supervisor, a partir dos relatórios bimestrais e final;

9.1.9. Em caso de desligamento antecipado causado pelo estagiário, não haverá emissão do Certificado, tendo direito o estudante a certidão que declare o prazo de realização do estágio;

9.1.10. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

9.1.11. Fiscalizar a correta documentação dos Termos de Convênio, apólices de seguro, avaliações, certificações e quaisquer outras documentações geradas pela Contratada no processo de agenciamento.

9.2. Obriga-se a CONTRATADA a:

9.2.1. cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Contrato e na proposta;

9.2.2. manter-se regular junto ao FGTS, ao INSS, à FAZENDA FEDERAL e Justiça do Trabalho durante o período contratual;

9.2.3. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigida na licitação;

9.2.4. cumprir os acordos e procedimentos tratados em reuniões com os fiscais do contrato, nos prazos e na qualidade acordada;

9.2.5. manter convênios específicos com as instituições de ensino, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;

9.2.6. manter base de dados atualizada para seleção de estagiários de nível médio e superior, onde constem os dados curriculares, os dados pessoais e profissionais dos candidatos a estágio e cópia da documentação necessária;

9.2.7. identificar e cadastrar candidatos a estágio em todos os municípios contemplados com cartórios eleitorais no estado de Rondônia;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.2.8. Encaminhar candidatos à seleção, na proporção de cinco por vaga, no prazo de cinco dias úteis após a solicitação pela Contratante;

9.2.9. O processo de escolha dos candidatos será de responsabilidade da Contratante, a qual não se obriga a escolher dentre os candidatos encaminhados pela Contratada em cada chamada;

9.2.10. A Contratante poderá formular e aplicar provas objetivas e de redação, análise curricular e entrevistas, para concluir a seleção, sendo facultado o uso de um ou vários desses recursos;

9.2.11. proceder os trâmites necessários para o registro e apresentação do candidato selecionado para o trabalho em sua unidade;

9.2.12. proceder os trâmites necessários para o desligamento do estagiário, quando solicitado, e informar à Contratante os eventuais valores a serem pagos, referentes a dias trabalhados após o último fechamento;

9.2.13. repassar integralmente os valores da bolsa e auxílio transporte aos estagiários selecionados até o décimo dia do mês subsequente à realização das atividades, ou o primeiro dia útil após essa data;

9.2.14. comprovar o repasse dos valores de auxílio-transporte e auxílio bolsa junto ao CONTRATANTE até o décimo dia útil de cada mês;

9.2.15. gerar folha de pagamento mensal de estagiários, de acordo com a frequência, observando, número de faltas, datas de ingresso, desligamento e recessos registrados nas folhas de frequência individuais;

9.2.16. enviar fatura à Contratante, após o prazo de três dias úteis do recebimento da informação de frequência, com os valores referentes ao repasse do auxílio-bolsa, auxílio-transporte e valor devido ao agente de integração;

9.2.17. contratar e administrar o seguro individual para os estagiários selecionados;

9.2.18. é permitida a contratação de apólice de seguro coletiva com emissão de certificados individuais;

9.2.19. gerar, administrar e manter os Termos de Compromisso de Estágio, avaliações, termos de desligamento e outros documentos pertinentes;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.2.20. controlar e acompanhar a elaboração do relatório final de estágio;

9.2.21. manter sigilo sobre as informações de processos e rotinas de trabalho existentes no TRE/RO;

9.2.22. capacitar os supervisores de estágio quanto ao acompanhamento, desenvolvimento e gestão das atividades dos estagiários;

9.2.23. cumprir as atribuições de agente de integração nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, regulamentada neste Tribunal Regional pela Instrução Normativa nº 06, de 25 de junho de 2009 ou outra norma que a venha substituir.

9.2.24. orientar as instituições de ensino conveniadas quanto ao acompanhamento do desenvolvimento do estágio.

9.2.25. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões acima desse limite poderão ocorrer por acordo entre as partes.

9.2.26. absorver a gestão dos contratos de estágio vigentes no ato da assinatura do Contrato decorrente desta licitação, mantidas as condições e prazos firmados entre a Contratante, a Instituição de Ensino e o estudante.

9.3. a comunicação entre a Contratante e a Contratada dar-se-á preferencialmente por escrito, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado mensalmente, mediante apresentação dos documentos fiscais exigíveis pela legislação tributária, devidamente acompanhados da listagem nominal dos estagiários agenciados.

10.2. Os pagamentos ocorrerão mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de *apresentação dos documentos exigíveis*, regularmente certificada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.3. Aos pagamentos serão aplicadas as retenções legais, quando exigíveis.

10.4. O contratante será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto de Renda dos valores pagos aos estagiários, se incidentes na forma da legislação aplicável (Consulta RFB COSIT 186/2019).

10.5. Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

10.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = (TX) I = (6/100) I = 0,00016438$; TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.7. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

11. DAS SANÇÕES

11.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação constarão no edital do certame.

11.2. SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações decorrentes do contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da L. 8.666/93, na forma seguinte:

11.2.1 Atraso no repasse dos valores dos auxílios bolsa-estágio e transporte aos estagiários:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) primeiro e segundo atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 3% (três por cento) **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

b) terceiro e quarto atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 5% (cinco por cento), **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

c) quinto atraso injustificado e atraso superior a 03 (três) dias poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

11.2.2 Atraso no cumprimento de determinações emanadas da fiscalização para adimplemento de obrigação por parte da Contratada:

a) primeiro e segundo atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 3% (três por cento) **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

b) terceiro e quarto atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 5% (cinco por cento), **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

c) quinto atraso injustificado e atraso superior a 03 (três) dias poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

11.2.3. Demais atrasos dos prazos e as obrigações estipuladas nas obrigações da contratada e registradas neste TR, multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso até o limite de 05 (cinco) dias, a partir do sexto dia poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

a) primeiro e segundo atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 3% (três por cento) **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

b) terceiro e quarto atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 5% (cinco por cento), **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

c) quinto atraso injustificado e atraso superior a 03 (três) dias poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

11.3 Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre a taxa de agenciamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, se a adjudicatária não celebrar o contrato (nota de empenho) ou se a contratada ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.5 A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

11.6 Quando o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

11.7 Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro do prazo estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.8 No ato de notificação para pagamento de Multa, a CONTRATADA será cientificada de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

11.9 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

11.10 As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

11.11 O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATOS

A gestão do contrato será realizada pela pessoa titular da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE e a fiscalização pela pessoa titular da Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED, ou por seus substitutos, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008.

Na gestão e fiscalização, a Administração deverá fazer constar em registro próprio todas as ocorrências relevantes constatadas durante a execução do contrato.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pelo seu cumprimento.

A operacionalização do contrato será iniciada na data da assinatura do Contrato no Sistema Eletrônico de Informações.

ANEXO I - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Edital de Pregão n. ____/2022

**DE PREFERÊNCIA EM PAPEL TIMBRADO,
IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE (NOME E CNPJ):****ENDEREÇO:****DADOS BANCÁRIOS:****NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E CONTATOS
DA EMPRESA - TELEFONES E E-MAIL:****PROPOSTA DE PREÇOS****VALORES FIXOS (R\$)****(NÃO PODEM SER ALTERADOS SOB PENA DE
DESCCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE)**

Valor previsto para o pagamento dos auxílios-bolsa aos estagiários no período de 12 meses.	274.300,80
--	------------

Valor previsto para o pagamento dos auxílios-transporte aos estagiários no período de 12 meses.	29.937,60
---	-----------

VALOR TOTAL FIXO DA PROPOSTA PARA TODOS OS LICITANTES (I)	304.238,40
--	-------------------

VALORES EM DISPUTA**(DE ACCORDO COM A PROPOSTA DE CADA
LICITANTE)**

Descrição do serviço (1)	Valor individual da taxa de agenciamento proposto (R\$)	Quantidade de estagiários (3)	Valor total mensal da taxa de agenciamento (4 = 2x3)	Quantidade de meses (5)	VALOR TOTAL da taxa de agenciamento para o período de 12
------------------------------------	--	--	--	-----------------------------------	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	(2)				meses (II) (6 = 4x5)
Serviço de agente de integração de estágio		28		12	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (valores fixos (I) e variáveis (II).				R\$	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (valores fixos (I) e variáveis (II), POR EXTENSO:					
LOCAL E DATA					
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE					



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO PONTES MOURA, Coordenador(a)**, em 10/03/2022, às 17:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0800250** e o código CRC **E434354F**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002411-22.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: Termo de Referência – Contratação de empresa especializada em
agenciamento de estágios de nível médio e superior. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 23 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE), no qual apresenta a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de agenciamento de estudantes de nível médio e superior, para realizarem estágio neste Tribunal ([0713963](#)), nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução TRE-RO nº 06/2017 e Portaria nº 464/2017.

02. Realizado o Pregão Eletrônico nº 19/2021, houve apenas uma participante no certame, que não apresentou lances, mantendo a proposta inicial, conforme consta na ata do pregão ([0774984](#)). A única licitante, CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA (CIEE), apresentou proposta com preço acima do estimado e não aceitou reduzir o preço ([0774984](#)). A proposta foi recusada, resultando em certame fracassado.

03. A unidade COEDE optou pela repetição da licitação, para tanto instruiu os autos com pesquisa de preços ([0781102](#), [0781422](#), [0781423](#) e [0781424](#)), informação conclusiva do valor estimado ([0784050](#)) e Termo de Referência 2 ([0785967](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Recepcionado os autos o titular da SAOFC deu continuidade ao procedimento, determinando a análise do TR pela Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), a juntada da programação orçamentária da possível despesa pela Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFC), elaboração da minuta do termo contratual pela SECONT e, após, análise e emissão de parecer jurídico pela Assessoria Jurídica da Diretoria-geral (AJDG), consoante Despacho nº 158/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0786434](#)).

05. A COMAP, unidade responsável pela avaliação de Termo de Referência e Projeto Básico, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08, por meio de sua coordenadora, concluiu que a contratação pretendida se encontra em consonância com as normas gerais de contratação estabelecidas no inciso II do art. 3º da L. 10.520/2002, inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/2019 e do inciso XXIII do art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO nº 004/2008, conforme Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 8/2022 ([0786911](#)).

06. A Programação Orçamentária para atender a pretendida despesa no exercício de 2022 consta juntada aos autos no evento 0787596. A minuta da contratação foi anexada ao procedimento pela Seção de Contratos (SECONT) no evento [0787596](#).

07. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta AJDG pela Remessa 34 ([0787615](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JÚRIDICA

08. A Lei de Estágio (Lei nº 11.788/09), em seu art. 5º, preceitua que:

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, **a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.** (sem grifo no original)

09. A Resolução TRE/RO nº 006/2017, no *caput* do art. 22, e também cuidou do tema. Veja-se:

Art. 22. O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia pode, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, **a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.**

10. Nota-se que, ao optar pela contratação de empresa especializada em agenciamento de estagiários, as normas gerais de licitação devem, necessariamente, serem observadas. Deste modo, faz-se necessário explanar sobre a definição da modalidade de licitação.

11. O Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

(...)

12. O Manual de Licitações & Contratos - 4ª edição - dessa mesma Corte de Contas, estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. (pag. 62)

13. Por sua vez, a Lei nº 10.520/02 institui a modalidade do pregão e no seu artigo 1º, parágrafo único dispõe:

Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

14. No caso em tela, a contratação pretendida está definida de forma objetiva por meio das especificações constantes no item 2 – DESCRIÇÃO DO OBJETO, do TR 2 ([0785967](#)), indicando com clareza o padrão de qualidade exigido pela Administração para o fornecimento pretendido. Nessa linha, evidencia-se a configuração do serviço em exame como comum.

15. Assim, considerando que o valor estimado da contratação extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **serviços comuns no mercado**, cujos padrões de qualidade são **objetivamente** definidos no edital (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de **Pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º, § 1º, do Decreto**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº 10.024/19, procedimento que, à margem de qualquer dúvida, foi incorporada no procedimento deste Tribunal através da Portaria 143/2005/TRE, **salvo** comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (**art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19**).

16. O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior, deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/1993, para a contratação dos serviços pretendidos, o qual deverá ser do tipo **menor preço** oferecido para o **item do certame, sob o regime de empreitada por preço unitário e execução indireta, na disputa por lances abertos**, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos anotados no TR, e conforme os critérios de aceitação de proposta apresentados no **item 6.3** do TR.

17. O regime de exclusividade na participação de **microempresas e empresas de pequeno porte** ao futuro certame **não deve ser aplicado**, porquanto seu valor total estimado extrapola o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta a LC nº 123/06.

18. Com relação à minuta do Contrato juntada, em análise formal dos seus termos, percebe-se que o referido instrumento e seu anexo encontram-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – CONCLUSÃO

19. Por todo o exposto, considerando a elaboração do **Termo de Referência nº 02/2021** pela COEDE ([0785967](#)), nos moldes dos artigos 8º e 10 da IN nº 04/08, o instrumento parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**, podendo ser apresentado à autoridade competente para atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento.

20. Nesse compasso, diante da comprovação nos autos da disponibilidade orçamentária e financeira para o suporte da despesa no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

presente exercício ([0787596](#)), opina esta Assessoria Jurídica pela realização da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória **pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço**, com fundamento na **Lei nº 10.520/02** e **art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, sem observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado para o ITEM do certame ultrapassa o **limite** balizado pelo **art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015**, o qual regulamentou a **LC nº 123/06**.

21. Na busca da proposta mais vantajosa e não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto, ocorrerá a **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no **art. 15 do Decreto nº 10.024/2019**.

22. Registra-se que a minuta do contrato juntada aos autos pela SECONT ([0787614](#)) sintetiza as regras aplicáveis ao futuro ajuste, conforme as normas da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas, para assim produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Nesse compasso, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, a minuta do instrumento contratual recebe a **APROVAÇÃO** desta Assessoria Jurídica.

23. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 09/02/2022, às 17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0789716** e o código CRC **208D976F**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002411-22.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: Aprovação do Termo de Referência e autorização para contratação de empresa especializada em agenciamento de estágios de nível médio e superior.

DESPACHO Nº 160 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, no qual considera a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de agenciamento de estudantes de nível médio e superior, para realizarem estágio neste Tribunal ([0713963](#)), nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução TRE-RO nº 06/2017 e Portaria nº 464/2017.

Apenas a licitante CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA (CIEE) participou do Pregão Eletrônico nº 19/2021, a qual não apresentou lances, mantendo a proposta inicial com preço acima do estimado e não aceitou reduzir o preço durante a negociação, conforme consta na ata do pregão ([0774984](#)). A proposta foi recusada, resultando em certame fracassado.

A COEDE optou pela repetição da licitação. Para tanto, instruiu os autos com nova pesquisa de preços ([0781422](#), [0781423](#) e [0781424](#)), informação conclusiva do valor estimado ([0784050](#)) e Termo de Referência n. 2/2022 ([0785967](#)).

Em cumprimento ao Despacho 158/2022 ([0786434](#)) a Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP concluiu que o Termo de Referência ([0785967](#)) foi elaborado de acordo com as normas gerais de contratações estabelecidas no inciso II do art. 3º da Lei n. 10.520/2002, inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/2019 e do inciso XXIII do art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, a ser analisada pela Assessoria Jurídica, nos termos da IN n. 004/2008-TRE-RO ([0786911](#)).

A COFC juntou Programação Orçamentária no valor de R\$ 142.554,23 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte e três centavos) - evento [0787596](#), referente ao exercício 2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SECONT elaborou minuta de contrato ([0787614](#)). Em seguida, remeteu os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0787615](#)).

A AJDG, mediante Parecer Jurídico nº 23/2022 ([0789716](#)), opinou pela aprovação do **Termo de Referência nº 02/2022** ([0785967](#)), por conter em sua forma os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19, em atendimento ao inciso II do art. 14 do mesmo regulamento. Opinou, ainda, pela realização da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, sem observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's. Por fim, aprovou a minuta de contrato apresentada pela SECONT (evento [0787614](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atender aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas.

A SAOFC manifestou-se, em síntese, pela: a) aprovação do termo de referência 2/2022-COEDE ([0785967](#)); b) autorização de licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, por “menor preço”; c) regularidade da informação conclusiva do valor estimado; d) inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's; e) pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, conforme disciplinado no [art. 15 do Decreto Federal nº 10.024/19](#); f) aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante [item 4.1 do TR](#); e g) publicação do aviso do edital no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) - (Manifestação n. 461/2022 - evento [0789778](#)).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, necessário esclarecer que, embora tenha sido publicada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinados com 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após a publicação da Lei nº 14.133/21, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei (1º/04/2023).

Dos autos se extrai a comprovada necessidade da contratação pleiteada, tendo em vista que a opção em contratar um agente de integração, conforme previsto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, regulamentada neste Tribunal Regional pela Instrução Normativa nº 06/2017, mostra-se mais vantajosa para a administração do que a seleção e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação direta de estagiários, posto que tal procedimento, já adotado em outras ocasiões, mostrou-se oneroso, lento e de difícil execução.

Some-se a isso que a presente contratação também materializa o Objetivo Estratégico “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas”, na medida em que proporciona aos servidores a oportunidade de autodesenvolvimento enquanto gestores de suas próprias rotinas e responsáveis pelo desenvolvimento de outras pessoas.

Constata-se que o valor global do item único de serviços, estimado em **R\$ 325.786,08** (Trezentos e vinte e cinco mil setecentos e oitenta e seis reais e oito centavos), extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **serviços comuns no mercado**, cujos padrões de qualidade são **objetivamente** definidos no edital (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de **Pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19**, procedimento que foi incorporado a este Tribunal através da Portaria 143/2005/TRE, **salvo** comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada (**art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19**).

O edital de licitação, deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/1993, para a contratação dos serviços pretendidos, o qual deverá ser o de **menor preço** oferecido para o **item do certame**, conforme os critérios de aceitação de proposta apresentados no **item 6.3** do TR.

No tocante ao **regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte** ao futuro certame **não deve ser aplicado**, porquanto seu valor total estimado extrapola o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta a LC nº 123/06.

Quanto à sustentabilidade, o TR prevê no item 4.1, que em razão das inúmeras normas de sustentabilidade ambiental de exigência obrigatória em função de expresso texto legal, aplicáveis ao bem objeto daquele termo de referência, será exigido da futura contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio ao contratante de todos os documentos decorrentes da execução do contrato.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação pretendida para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1 - Aprovo o Estudo Técnico Preliminar - ETP ([0714032](#)) e o Termo de Referência nº 2/2022 ([0785967](#)), porquanto possui os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva (evento [0784050](#)), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria CNJ n. 101/2021 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 - Autorizo a licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, por “menor preço”, sob o regime de empreitada por preço unitário e execução indireta, na disputa por lances abertos, com fulcro na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, com fundamento no § 4º do referido dispositivo;

4 - Determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, uma vez que o valor estimado para o item único é superior ao limite balizado pelo art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015, o qual regulamentou a LC nº 123/06;

5 - Determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do subitem 4.1 do Termo de Referência 2/2022 ([0785967](#)); e

6 - Determino a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, por não se tratar de critério de julgamento pelo maior desconto, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024/2019.

À SAOFC para prosseguimento, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 14/02/2022, às 18:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0791228** e o código CRC **6EB654B3**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002411-22.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: Minuta de Edital de Pregão Eletrônico nº xxx/2022 – Contratação de empresa especializada em agenciamento de estágios de nível médio e superior. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 30 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE), no qual apresenta a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de agenciamento de estudantes de nível médio e superior, para realizarem estágio neste Tribunal ([0713963](#)), nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução TRE-RO nº 06/2017 e Portaria nº 464/2017.

02. Anteriormente, a contratação foi formulada no Edital de Pregão Eletrônico nº 19/2021, todavia, em razão de não haver proposta aceitável, o certame restou fracassado ([0774984](#)). Com isso, a COEDE optou pela repetição da licitação, instruindo os autos novamente, inclusive com um novo Termo de Referência nº 2/2022 ([0785967](#)).

03. E, por isso, pleito foi objeto de análise por esta Assessoria no **Parecer Jurídico AJDG nº 23 / 2022 - PRES/DG/AJDG** ([0789716](#)), oportunidade na qual esta unidade opinou pela realização da contratação por meio de processo licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, tipo “**menor preço por item**”, nos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

termos da **Lei nº 10.520/02** e **art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19**, **SEM a observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado para objeto é superior ao **limite** balizado pelo **art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015**, o qual regulamentou a **LC nº 123/06**.

04. Após Manifestação nº 61/2022 – PRE/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0789778](#)), o ETP ([0714032](#)) e o Termo de Referência nº 2/2022 ([0785967](#)) foram aprovados e o certame foi autorizado pelo Diretora-Geral deste Tribunal (Despacho nº 160/2022 – PRES/DG/GABDG - 0791228), oportunidade na qual, dentre outros comandos, acolheu-se a inaplicabilidade do regime de exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte para os itens, bem como determinou a restrição da divulgação dos preço estimados para a contratação, nos termos do artigo 15 do Decreto nº 10.024/2019.

05. O titular da Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC), na sequência, encaminhou os autos a SLC para elaboração de minuta de edital e a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico do referido documento ([0791596](#)).

06. Prosseguindo, o chefe da SLC elaborou a minuta do edital de pregão eletrônico ([0792049](#)), juntou cópia das Portarias nº 173/2020 e 31/2021, que designou os pregoeiros oficiais deste órgão e sua equipe de apoio ([0792047](#)).

07. Redigido os instrumentos, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico ([0792051](#)). **É o necessário relato.**

II - ANÁLISE JURÍDICA

08. Preliminarmente, importa lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

09. Observa-se que a minuta do edital em tela contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verifica-se satisfeitos os requisitos da Lei nº 8.666/93, notadamente em seu art. 40, da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei nº 10.520/02 e do Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

10. Como se trata de eventual aquisição de serviço de agenciamento de estagiários de nível médio e superior serão ofertados considerando o **VALOR GLOBAL DO ITEM**, obtido mediante apresentação de propostas somente por meio do sistema eletrônico e preenchimento de anexo I – MODELO DE PROPOSTA, consoante itens 5.1, 5.2.1 e 7.1.1.

11. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista (subtópico 9.1 a 9.5), bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada pela mesma através do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET (letra d, subtópico 9.5).

12. Ressalta-se, ainda, que na elaboração do instrumento, especificamente no item 10.3, registrou-se o prazo razoável de **02 (duas) horas**, a partir da solicitação do Pregoeiro, para o envio de documentação complementar referente à habilitação, nos termos do art. 38, § 2º, do Decreto nº 10.024/2020.

13. Por fim, observa-se que o referido instrumento do edital consignou, de **forma expressa**, no **item 15.10** a **não divulgação** do valor estimado do objeto deste pregão e as seguintes regras específicas determinadas nas alíneas do Despacho nº 160/2022 - PRES/DG/GABDG ([0791228](#)), nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19.

14. Por fim, sugere à SLC revisão do texto do instrumento convocatório, antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e/ou na sua estrutura.

III - CONCLUSÃO

15. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do edital e seus anexos ([0792049](#)), estando o instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 18/02/2022, às 12:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 18/02/2022, às 12:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0793039** e o código CRC **F5E7EE2D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002411-22.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: Análise final – Pregão nº 6/2022. Contratação de empresa especializada em agenciamento de estágios de nível médio e superior. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 67 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE), no qual apresenta a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de agenciamento de estudantes de nível médio e superior, para realizarem estágio neste Tribunal ([0713963](#)), nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução TRE-RO nº 06/2017 e Portaria nº 464/2017.

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 6/2022 e seus Anexos ([0792049](#)), o qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº 30/2022 - PRES/DG/AJDG ([0793039](#)).

03. Realizadas a fase interna e iniciada a fase externa do Pregão Eletrônico nº 06/2022 ([0793368](#)) por meio de sua publicação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conforme documentos comprobatórios de sua divulgação juntado ao evento [0794176](#).

04. Em seguida ao exame da impugnação do edital citado e pedidos esclarecimentos feito pela unidade demandante e acolhido pelo pregoeiro, foi necessário suspender a licitação em análise com intuito de alterar alguns tópicos do Termo de Referência, consoante se verifica na Remessa nº 37/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0798464](#)) e no Aviso de Suspensão publicado no DOU nº 45/2022 ([0798463](#)).

05. Assim, elaborou-se um novo TR nº 5/2022 ([0800250](#)) e uma nova Minuta de Contrato ([0800983](#)) com os devidos ajustes, na qual foi dispensada nova análise jurídica, pois, mediante o Despacho nº 448/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0801532](#)), o secretário da SAOFC entendeu que não houve alterações significativas para tanto.

06. Ressalta-se que esta situação não desencadeou alterações no texto do Edital (Remessa nº 42/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC - [0800982](#)) que foi republicado com os novos anexos acima mencionados, de acordo com documentos comprobatórios de sua divulgação juntado ao evento [0802652](#).

07. Ainda, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Impugnação de edital elaborada pela AGIEL – Agência de Estágios ([0797382](#));

b) Pedidos de esclarecimentos elaborados pela Centro de Integração Empresa Escola – CIEE ([0796138](#), [0796286](#) e [0806110](#)), pela Fundatec ([0796277](#)) e pela Usina de Talentos ([0798774](#));

c) Manifestação nº 7/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMP/SEPAT ([0797612](#)) e Manifestação nº 12/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMP/SEPAT ([0807570](#)), ambos sobre os argumentos levantados na impugnação e nos pedidos de esclarecimentos tempestivos apresentados;

d) Decisões do pregoeiro sobre as contestações do edital ([0798455](#), [0798456](#), [0798457](#), [0798458](#) e [0807309](#));

e) Relatório de propostas – Comprasnet ([0808102](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) Propostas da licitante OZIEL LUCIANO BRAZ ASSESSORIA E CONSULTORA, CNPJ nº 28.306.309/0001-23 ([0808185](#) e [0808186](#));

g) Propostas da licitante CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE, CNPJ nº 61.600.839/0001-55 ([0808188](#) e [0808190](#));

h) Documentos de habilitação da CIEE ([0808218](#), [0808219](#), [0808220](#) e [0808222](#));

i) Informação nº 29/2022 – PRES/DG/SGP/COEDE ([0808468](#)), sobre a documentação de habilitação técnica do CIEE, atestando que esta está em acordo com as exigências do edital;

j) Ata do Pregão Eletrônico ([0810367](#));

k) Relatório – Resultado por Fornecedor ([0810368](#));

l) Termo de Adjudicação ([0810370](#)); e

m) Publicação do resultado da licitação em comento ([0810371](#)).

08. Por fim, o pregoeiro relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório 16/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0810372](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela SLC a esta AJDG para análise dos atos praticados na licitação ([0810384](#)). **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0794176](#) e [0802652](#)).

09. Nas publicações dos avisos constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Houve 4 (quatro) pedidos de esclarecimentos, todos devidamente respondidos ([0798455](#), [0798457](#), [0798458](#) e [0807309](#)). Também, ocorreu 1 (uma) impugnação ao edital ([0797382](#)) julgada improcedente ([0798455](#)), após ouvida a unidade técnica ([0797612](#)). Contudo, esta contestação juntamente com as demais dúvidas levantadas sobre o instrumento convocatório ocasionou ajustes necessários ao TR e a consequente suspensão do certame, com base no princípio da autotutela. Igualmente, registra-se que foi apresentado um pedido de esclarecimento intempestivo, conforme [0798774](#) e [0798777](#);

b) Classificação/Desclassificação da proposta: Não houve desclassificação de propostas;

c) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0808102](#)) e todos os lances de cada item na Ata do Pregão ([0810367](#));

d) Fase de negociação/aceitação: O Pregoeiro nessa fase negocia com as licitantes a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor. As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas nos quadros constantes do item 5.3 do Relatório nº 16/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMP/SLC ([0810372](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação, acertada e objetiva dos critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

e) cancelados na aceitação: não houve.

f) Item deserto: não houve.

g) Fase de Habilitação: O pregoeiro habilitou a licitante CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE, CNPJ nº 61.600.839/0001-55 ([0808218](#), [0808219](#), [0808220](#), [0808222](#) e [0808468](#)), devido a licitante OZIEL LUCIANO BRAZ ASSESSORIA E CONSULTORIA, CNPJ 28.306.309/0001-23, ter sido inabilitada devido à ausência de Certidão de Registro/ Quitação emitida pelo Conselho Regional de Administração – CRA ([0810367](#) – chat, 30/03/2022, 10:50);

h) Recursos: Não houve.

11. Registra-se que os prazos recursais se acham vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recursal contra os atos do Pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.

12. O procedimento licitatório em comento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obtiveram uma economia.

13. O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico 6/2022 ([0810367](#)).

14. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da Legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação** ([0810370](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

Á consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 18/04/2022, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0816744** e o código CRC **C8315FA7**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002411-22.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO (COEDE)

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico nº 6/2022 - Contratação de empresa especializada no agenciamento de estagiários de nível médio e superior.

DESPACHO Nº 422 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, para contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de agenciamento de estudantes de nível médio e superior, para realizarem estágio neste Tribunal, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução TRE-RO nº 06/2017 e Portaria nº 464/2017 ([0713963](#)).

Após a publicação do edital do certame, houve 4 (quatro) pedidos de esclarecimentos, todos devidamente respondidos ([0798455](#), [0798456](#), [0798457](#), [0798458](#) e [0807309](#)). Registra-se que um pedido de esclarecimento não foi conhecido ([0798774](#)), haja vista que a suspensão do certame já estava publicada no DOU e no sistema comprasnet ([0798463](#)). Todavia, a solicitação foi encaminhada à unidade demandante como simples informação ([0798777](#)).

O Houve uma impugnação ao edital ([0797382](#)) julgada improcedente ([0798455](#)), após ouvida a unidade técnica ([0797612](#)). Contudo, esta contestação, juntamente com as demais dúvidas levantadas sobre o instrumento convocatório, ocasionou ajustes necessários ao TR e a consequente suspensão do certame, consoante se verifica na Remessa nº 37/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0798464](#)) e no Aviso de Suspensão publicado no DOU nº 45/2022 ([0798463](#)).

Elaborado um novo TR ([0800250](#)) e nova minuta de contrato ([0800983](#)), houve dispensa de nova análise jurídica, uma vez que a SAOFC entendeu que não houve alterações significativas para tanto ([0801532](#)). Igualmente, a situação não desencadeou alterações no texto do Edital, que foi republicado com os novos anexos acima mencionados, de acordo com documentos comprobatórios de sua divulgação juntado ao evento nº [0802652](#).

Após instrução do procedimento, o pregoeiro trouxe aos autos os seguintes documentos: **a)** Impugnação ao edital pela empresa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AGIEL – Agência de Estágios ([0797382](#)); **b)** Pedidos de esclarecimentos da empresa Centro de Integração Empresa Escola – CIEE ([0796138](#), [0796286](#) e [0806110](#)), da Fundatec ([0796277](#)) e da Usina de Talentos ([0798774](#)); **c)** Manifestação nº 7/2022 – PRES/DG/SGP/COEDE ([0797612](#)) e Manifestação nº 12/2022 – **PPRES/DG/SGP/COEDE** ([0807570](#)), ambos sobre os argumentos levantados na impugnação e nos pedidos de esclarecimentos tempestivos apresentados; **d)** Decisões do pregoeiro sobre as contestações do edital ([0798455](#), [0798456](#), [0798457](#), [0798458](#) e [0807309](#)); **e)** Relatório de propostas – Comprasnet ([0808102](#)); **f)** Propostas da licitante OZIEL LUCIANO BRAZ ASSESSORIA E CONSULTORA, CNPJ nº 28.306.309/0001-23 ([0808185](#) e [0808186](#)); **g)** Propostas da licitante CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE, CNPJ nº 61.600.839/0001-55 ([0808188](#) e [0808190](#)); **h)** Documentos de habilitação da CIEE ([0808218](#), [0808219](#), [0808220](#) e [0808222](#)); **i)** Informação nº 29/2022 – PRES/DG/SGP/COEDE ([0808468](#)), sobre a documentação de habilitação técnica do CIEE, atestando que esta está em acordo com as exigências do edital; **j)** Ata do Pregão Eletrônico ([0810367](#)); **k)** Relatório – Resultado por Fornecedor ([0810368](#)); **l)** Termo de Adjudicação ([0810370](#)); e **m)** Publicação do resultado da licitação em comento ([0810371](#)). Por fim juntou o Relatório nº 16/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0810372](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

Na fase de habilitação, a licitante CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE foi habilitada, devido a licitante Oziel Luciano Braz Assessoria e Consultoria ter sido inabilitada, em razão da ausência de Certidão de Registro/Quitação emitida pelo Conselho Regional de Administração – CRA. Não houve intenção de recurso.

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 ([0816744](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas a homologação do Pregão Eletrônico nº 6/2022.

Com efeito, verifica-se que o procedimento licitatório em comento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado. Ademais, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico 6/2022 ([0810367](#)).

Desta feita, constata-se que foram obedecidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da Legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei nº 10.520/02, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO nº 6/2022**, no qual sagrou-se vencedora a licitante Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, CNPJ nº 61.600.839/0001-55, no valor de R\$ 313.646,40 (trezentos e treze mil seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), consoante Termo de Adjudicação.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 19/04/2022, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0816809** e o código CRC **4E8634A1**.